

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 0174-17

Itaqui(RS), 19 de abril de 2017.

Exmº Sr. Vereador  
**IGOR BICCA ARDAIS**  
Presidente da Câmara de Vereadores  
Palácio Rincão da Cruz  
Rua Dr. João Sisonando Dubal Goulart, nº 942  
Bairro: Centro  
CEP: 97650-000  
Itaqui – RS

**Assunto:** Encaminhamento de Projeto de Lei.

Excelentíssimo Presidente,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, vimos encaminhar, para apreciação e decisão por essa Casa Legislativa, o **Projeto de Lei nº 020-17, de 19-04-2017**, acompanhado de sua respectiva justificativa, que tem por objetivo buscar autorização para Contratação Temporária de Professor Supervisor Escolar.

Colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

  
**Jarbas da Silva Martini**  
Prefeito

Câmara de Vereadores de Itaqui  
Secretaria



Recebi em: 19/04/17

Horário: 12.43

Ass.: 

PREFEITURA DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 020, DE 19 DE ABRIL DE 2017**

Autoriza o Poder Executivo a proceder a contratação temporária, de excepcional interesse público, de Professor Supervisor Escolar.

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo a contratar, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a função a seguir descrita:

Função	Quantidade	Vencimento Mensal	Carga Horária
Professor Supervisor Escolar	24	R\$ 1.485,09	20 h semanais

**Parágrafo Único:** As atribuições dos contratados no exercício da função de Professor Supervisor Escolar, constam no anexo I, que é parte integrante desta Lei.

**Art. 2º** Os contratos vigorarão por prazo determinado, tendo seu término vinculado a data do fim do ano letivo de 2017 nas Escolas Municipais, em cumprimento ao disposto no Parágrafo Único, do Art. 34, da Lei Municipal nº 1.740/90.

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo Municipal, a qualquer tempo, poderá rescindir o contrato emergencial, observada a necessidade e o interesse público.

**Art. 3º** Os contratos temporários de excepcional interesse público são de natureza administrativa e asseguram aos contratados os direitos estabelecidos no art. 244, da Lei Municipal nº 1.751/1990.

**Parágrafo Único.** Aos contratados na forma desta lei fica assegurado também:

**I** – O direito de percepção do adicional por atividade insalubre, desde que cumpridas as exigências previstas nas Leis Municipais nº 1.751/1990 e nº 2.243/1996 e no Laudo Técnico Pericial do Município;

**II** – O direito de percepção do vale-transporte, desde que cumpridas as exigências previstas na Lei Municipal nº 2.111/94 e no Decreto nº 2.966/95.

**Art. 4º** As contratações serão realizadas através de Processo Seletivo Simplificado, que somente será realizado após publicação de Lei que autorizar a contratação.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 19 de abril de 2017.

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito

PREFEITURA DE ITAQUI-RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 020, DE 19 DE MARÇO DE 2017

**ANEXO I**

**CATEGORIA FUNCIONAL: PROFESSOR SUPERVISOR ESCOLAR**

**ATRIBUIÇÕES:**

**DESCRIÇÃO SINTÉTICA:** Executar atividades específicas de Supervisão Educacional no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

**DESCRIÇÃO ANALÍTICA:** Assessorar na construção das políticas municipais de educação e no planejamento do projeto pedagógico da educação municipal. Fomentar e criar mecanismos dentro da unidade escolar com o objetivo de alcançar as metas do IDEB, PME e PAR; propor medidas visando:

1. Contribuir para o acesso e permanência do aluno na Unidade Educativa, intervindo com sua especificidade de mediador da ação docente no currículo, mobilizando os professores para a qualificação do processo ensino-aprendizagem, através da composição, caracterização e acompanhamento das turmas, do horário escolar, listas de materiais e de outras questões curriculares;
2. Participar da articulação, elaboração e reelaboração de dados da comunidade escolar como suporte necessário ao dinamismo do projeto político pedagógico, Plano Municipal e ações do PAR;
3. Participar junto à comunidade na criação, organização e funcionamento das instâncias colegiadas, tais como: Conselho Escolar Municipal, Grêmio Estudantil e outros, incentivando a participação e democratização das decisões e das relações na unidade escolar;
4. Participar junto com a comunidade escolar no processo da elaboração, atualização do Regimento Escolar, grade curricular e utilização como instrumento de suporte pedagógico;
5. Participar da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de projetos, planos, programas e outros, objetivando o atendimento e acompanhamento do professor no que se refere ao processo ensino-aprendizagem, bem como ao encaminhamento dos Professores a outros profissionais quando a situação o exigir;
6. Participar de cursos, seminários, encontros e outros, buscando a fundamentação, da atualização e redimensionamento da ação específica do Supervisor e unidade escolar;
7. Coordenar o processo de articulação de discussões e de aplicabilidade do currículo junto à comunidade escolar, sendo mediador da ação docente, considerando a realidade do aluno como foco permanente de reflexão do cotidiano educativo;
8. Elaborar anualmente relatório síntese das ações realizadas na Unidade Educativa, enviando a Secretaria de Educação;
9. Participar, junto com os professores da sistematização de informações sobre o aluno, e em conjunto discutir os possíveis encaminhamentos;
10. Coordenar a análise quantitativa do rendimento escolar, junto com professor e demais especialistas, visando reduzir os índices de evasão e repetência, qualificando o processo ensino-aprendizagem, objetivando o alcance da meta do IDEB;
11. Visar o redimensionamento da ação pedagógica, coordenando junto aos demais especialistas e professores o processo de identificação e análise das causas, propondo soluções para as dificuldades do ensino-aprendizagem;

**PREFEITURA DE ITAQUI-RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

12. Subsidiar o professor no planejamento das ações pedagógicas, para o alcance da articulação vertical e horizontal dos conteúdos, metodologia, e avaliação, redimensionando, quando necessário, o processo ensino-aprendizagem;
13. Realizar e/ou promover pesquisas e estudos emitindo pareceres e informações técnicas na área de supervisão escolar;
14. Acompanhar e avaliar o aluno estagiário em supervisão escolar, junto a instituição formadora;
15. Desenvolver o trabalho de supervisão escolar, considerando a ética profissional;
16. Realizar outras atividades correlatas com a função.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

Carga Horária: 20 h Semanais.

**REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

- a) Instrução: Curso Superior em Pedagogia ou Curso de Pós-Graduação, ambos com Habilitação em Supervisão Escolar;
- b) Idade mínima: 18(dezoito) anos;
- c) Outras: conforme instruções reguladoras do processo seletivo.



**PREFEITURA DE ITAQUI-RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 020, DE 19 DE ABRIL DE 2017**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando o presente Projeto de Lei, que tem como objetivo a indispensável autorização legislativa para a contratação temporária de Professor Supervisor Escolar.

Justifica-se o pedido de contratação temporária pela imperiosa necessidade de serviço junto a Secretaria Municipal de Educação, face à imensa demanda nas Escolas do Município de Itaqui, em razão do início do ano letivo.

O art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, prevê a possibilidade de contratação, pela Administração, por tempo determinado para atender excepcional interesse público, fato que, se devidamente autorizado, reverterá em benefícios para todos os municípios.

A contratação temporária se faz necessária porque não há Concurso Público com validade para a função que se pretende contratar e o Município, dentro do prazo de vigência dos contratos temporários, tomará providências a realização de Concurso Público para provimento dos cargos.

Estas as razões que justificam o presente projeto de lei.

**Gabinete do Prefeito, em 19 de abril de 2017.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito